



GRANDES PROJETOS, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO TERRITORIAL

SÃO PAULO E O PROJETO DE CENTRO FINANCEIRO LATINO-AMERICANO: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

André Buonani Pastiⁱ

Adriana Maria Bernardes da Silvaⁱⁱ

RESUMO

Está em andamento um projeto que visa fazer da cidade de São Paulo um centro financeiro internacional com atuação especialmente na América Latina. Esse projeto acompanha a recente reorganização da cidade em suas relações com a rede urbana brasileira e também na escala intra-urbana a partir dos interesses dos agentes econômicos hegemônicos. Quais as implicações desse projeto para a cidade de São Paulo? Quais os agentes beneficiados? Qual é a intencionalidade que guia a reorganização da cidade a partir do comando das finanças e da informação financeira? Buscando trazer contribuições à construção de respostas para essas perguntas, o presente texto aborda o processo de centralização do comando financeiro em São Paulo e investiga essas transformações que acompanham sua conformação como centro financeiro latino-americano.

SÃO PAULO E O PROJETO DE CENTRO FINANCEIRO LATINO-AMERICANO: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

1 Introdução

A cidade de São Paulo tem seus contatos com o mundo e o Brasil acentuados desde o pós-guerra e em especial a partir dos anos 1990, quando se torna conexão privilegiada das redes globais de informação e finanças no Brasil. Nesse processo de inserção do território brasileiro na globalização através de São Paulo ocorre uma centralização do comando do mercado de capitaisⁱⁱⁱ brasileiro na metrópole paulistana.

São Paulo monopoliza, hoje, toda a negociação de ações do país através da BM&FBovespa, instituição resultante da fusão das bolsas paulistanas Bovespa e BM&F. Além da bolsa, corretoras (e bancos que possuem corretoras), agências de *rating*^{iv}, empresas de informação financeira e outros agentes globais e nacionais desse mercado se instalaram na cidade. E qual é o projeto desses atores ligados ao mercado financeiro para a cidade de São Paulo?

Após uma série de ações que vêm sendo guiadas por algumas das principais instituições financeiras do país, despontou agora em 2010 o projeto de tornar o Brasil, através da cidade de São Paulo, um centro financeiro internacional com atuação especialmente na América Latina, sob objetivo de centralizar na metrópole paulistana toda a gestão e negociação dos ativos latino-americanos (BRAIN, 2010a). Quais as implicações desse projeto para a cidade de São Paulo? Quais os agentes beneficiados? Qual é a racionalidade que guia a reorganização da cidade no período atual?

É importante investigar essas mudanças, bem como as transformações técnicas e normativas que viabilizaram a centralização do mercado de capitais em São Paulo. Além disso, considerando a importância da variável *informação* nessa reorganização – tendo em vista um mercado de capitais cada vez mais informatizado e informacional – é importante compreender o novo circuito de produção e distribuição de informações financeiras que se instala em São Paulo. Para abrigar o comando do mercado de capitais brasileiro, a cidade de São Paulo se reorganiza tanto em suas relações com a rede urbana brasileira e mundial quanto na escala intraurbana.

Dessa forma, este texto segue dividido em quatro partes, tratando do processo de centralização do comando do mercado de capitais em São Paulo, a configuração do circuito da informação financeira na cidade, as mutações recentes até o projeto de centro financeiro latino-americano e a reorganização da cidade no período atual. Por fim apresentamos algumas considerações a respeito dessa reorganização de São Paulo como contribuições ao debate sobre os novos usos do território brasileiro no período da globalização a partir das finanças e da informação.

2 A centralização do comando do mercado de capitais em São Paulo

O uso financeiro do território brasileiro foi marcado, por muito tempo, pelo domínio da vida regional (CONTEL, 2006, p. 291). Por muitos séculos o Brasil foi “um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (SANTOS, 2008 [1993], p. 29). Cada um desses subespaços continha pólos dinâmicos internos, que, no entanto, não possuíam muitas relações entre si.

Seguindo essa lógica o mercado de capitais brasileiro se organizou através de bolsas regionais, que surgiram entre o século XIX e o início do século XX (BOVESBA, 2009; BOVMESB, 2009; CNB, 2005, p. 115; LEMOS, 2004, p. 109). O país chegou a possuir nove bolsas operando concomitantemente (CVM, 2009), cada uma mantendo seus mercados próprios, com carteiras de ações e títulos próprios e regionalizados. Nesse período, conforme Contel (2006, p. 291), “a contiguidade comandava a finança”.

De acordo com Santos (2008 [1993], p. 29-30), o processo de industrialização no Brasil muda parcialmente o quadro de ausência de interdependências entre os pólos regionais, quando São Paulo torna-se pólo dinâmico de uma vasta área do território nacional - do Sul ao Sudeste, principalmente - na época da produção cafeeira. Conforme Cano (1989, p. 69), à medida que o eixo da acumulação do capital cafeeiro e em seguida do capital industrial se deslocava para São Paulo, a capital Rio de Janeiro ia perdendo a condição de principal centro econômico e urbano do país.

Após o golpe militar de 1964, o governo militar empreendeu uma série de transformações no sistema financeiro nacional, substituindo o modelo de várias praças financeiras locais para a centralização financeira. Esta centralização das funções financeiras se dá especialmente em São Paulo, que emerge como principal praça financeira do país (CORREIA, 1994, p. 167; SILVA, 2001, p. 62). O conjunto de transformações normativas realizadas a partir desse governo incluiu a estruturação do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais^v, a adoção do modelo norte-americano de organização da bolsa e a adequação da legislação nacional a normas internacionais. Nesse período, as bolsas brasileiras tornaram-se associações civis sem fins lucrativos. A Bovespa perdeu o ‘Oficial’ do nome, passando a se chamar Bolsa de Valores de São Paulo. Os corretores também deixaram de ser nomeados pelo governo, surgindo, então, as sociedades corretoras (FERREIRA, 2007, p. 37). Os centros financeiros e as bolsas de valores são lugares de elevada densidade normativa^{vi} especialmente a partir dessa época.

Um conjunto de transformações técnicas – especialmente a partir do desenvolvimento das novas tecnologias da informação – viabilizou grandes mudanças na dinâmica financeira. A finança foi se autonomizando dos demais conteúdos do espaço e se tornou possível a maior centralização do comando das instituições financeiras (CONTEL, 2006, p. 290).

Assim, a difusão das tecnologias de informação aliada às transformações do sistema financeiro a partir do governo militar tiveram um grande impacto no funcionamento do mercado de capitais: de bolsas de valores regionais que negociavam ativos de empresas locais no pregão ao vivo, passamos à hegemonia de São Paulo, que com as redes de informação e o desenvolvimento do pregão eletrônico passou a centralizar a negociação dos ativos até incorporar as demais bolsas em 2000, monopolizando este mercado. As tecnologias da informação são imprescindíveis para o funcionamento do mercado de capitais hoje, viabilizando o tempo real e, assim, a possibilidade da realização de operações instantaneamente em todo o mundo. Com isso, ocorre uma expansão do pregão eletrônico em detrimento do pregão ao vivo. O processo de informatização do mercado de capitais brasileiro resulta no fim do pregão ao vivo na Bovespa em 2006 (FERREIRA, 2007, p. 64) e em 2009 na antiga BM&F^{vii}.

A valorização do capital financeiro em relação às atividades de produção em si corresponde, no sistema urbano, à “formação espacial de centros financeiros e administrativos internacionais” (BENKO, 2006, p. 59). São Paulo é um desses centros, embora esteja inserido subordinadamente na rede mundial de cidades (SILVA, 2001, p. 240).

Portanto, São Paulo ascendeu no pós-guerra à função de principal centro de gestão^{viii}

das atividades do setor privado, se tornando o centro focal do capitalismo industrial e financeiro do país (CORRÊA, 1989, p. 117), e o “epicentro do sistema capitalista brasileiro” (CORDEIRO, 1987, p. 194). Para Lencioni (2008), a centralidade e o poder de dominação de São Paulo são garantidos também pelo crescimento dos serviços avançados, relacionado ao “crescimento da centralização do capital nas mais diversas atividades econômicas”. Mais recentemente, é a função informacional que reforça a primazia de São Paulo (SILVA, 2001).

Assim, apesar de toda a negociação de títulos no Brasil ser realizada hoje através do pregão eletrônico, a possibilidade técnica de operação no mercado de capitais sem um encontro “físico” não acaba com a importância das bolsas de valores e dos centros financeiros, a qual, segundo Wójcik (2007, p. 202) se explica também em função do compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e pela presença de serviços avançados, em especial relacionados ao quaternário. O valor dos centros financeiros reside sobretudo na produção e circulação de informações (WÓJCIK, 2007, p. 220).

3 O circuito da informação financeira e a cidade de São Paulo

No atual período da globalização há uma mutação “revolucionária para toda a humanidade”; trata-se da revolução informacional (LOJKINE, 2002, p. 11), quando a informação emerge como elemento que organiza novos contextos socioterritoriais e “as novas atividades produtoras de informação, agrupadas no setor quaternário^{ix} da economia, são centrais à elaboração e coordenação das múltiplas redes planetárias” (SILVA, 2001, p. 6). No caso de nosso objeto de estudo, o mercado de capitais mundializado, as redes informacionais são, como visto, o suporte para seu funcionamento. Também consideramos, conforme Raffestin (1993), que o dinheiro é uma das formas de informação, já que ele circula, buscando ser materializado, e comunica, pois também é um sinal, uma ordem.

Nos mercados de capitais há intensa circulação de informações especializadas, atualizadas em tempo real, que embasam o trabalho dos operadores (“traders”) nas redes planetarizadas. Eles coletam essas informações e as analisam para a tomada de decisões de compra e venda de títulos.

E que informação é essa? Considerando os principais tipos de informação utilizados pelos operadores do mercado de capitais, destacam-se boletins e análises de mercado, análises técnicas, classificações das agências de *rating* (“rates”), índices, informações de empresas e setoriais, notícias políticas e informações privilegiadas.

Os índices têm como objetivo funcionar como “indicadores antecedentes”, antecipando tendências e indicando o “desempenho do mercado” (FORTUNA, 2008, p. 622). É uma informação racionalizada e construída para ser mensurável, exercendo grande influência sobre os operadores do mercado de capitais. As informações privilegiadas, também conhecidas por seu nome em inglês, *inside informations*, são informações de empresas ou setores, ainda não divulgadas publicamente, que concedem vantagens nas negociações aos especuladores. Apesar de serem proibidas e reguladas pela CVM, seu uso acontece com frequência segundo relatos dos investidores. Dentre os exemplos dessas informações, podemos citar dados sobre a “saúde financeira” das empresas ainda não divulgados, mudanças na classificação pelas agências de *rating* (tema tratado adiante) e conhecimento de andamento de processos jurídicos mantidos em sigilo.

Entre os principais agentes do circuito da informação financeira destacamos agências globais produtoras de informação financeira, como Bloomberg e Reuters (WARF, 1989, p. 263) e outras empresas que comercializam essas informações; agências de *rating*, que

classificam países e empresas quanto ao risco ou estabilidade para os investidores, tendo destaque nesse ramo Standard & Poor's, Moody's, JP Morgan e Fitch, todas norte-americanas e com escritório na cidade de São Paulo; empresas que desenvolvem softwares de análise de informação financeira para o mercado de capitais e vendem informações com tratamento gráfico e outras formas técnicas de análise; empresas de consultoria financeira; e, por fim, a própria BM&FBovespa, que é uma grande produtora e comercializadora de informações financeiras - especialmente vendendo cotações, índices, notícias e informações sobre os mercados da Bovespa e BM&F em tempo real através do produto *Sinal de Informações*, além de disponibilizar outras informações gratuitamente.

Entre os distribuidores de informações financeiras autorizados pela bolsa estão empresas e agências de informação financeira; corretoras, portais, jornais e agências de notícias, que disponibilizam informações menos precisas e com menos trabalho imaterial, praticamente reproduzindo cotações aos seus assinantes e ao público em geral; e consultorias financeiras e bancos, os quais redistribuem essas informações através de seus serviços. Observamos que a maior parte (cerca de 60%) desses distribuidores de informação financeira localiza-se em São Paulo. Cabe ressaltar que boa parte da informação financeira produzida na cidade é baseada na reprodução das técnicas de análise de outros centros, tais como Nova Iorque e Chicago, e até na redistribuição de informações desses nós mais privilegiados das redes globais.

4 Da hegemonia paulistana ao projeto de centro financeiro latino-americano

A metrópole paulistana se coloca no comando (subordinado a outros centros globais) das ações hegemônicas do período atual no território brasileiro. Esse comando na dinâmica espacial brasileira se dá hoje especialmente em função de suas atividades quaternárias de criação e controle, pois “agora são os fluxos de informação que hierarquizam o espaço urbano” (SANTOS, 2009b [1994], p. 38). A partir sobretudo do comando dessas redes de informação e das redes financeiras São Paulo desponta atualmente como metrópole onipresente no território brasileiro (SANTOS, 2008 [1993], p. 103), já que as ordens que partem de São Paulo reorganizam todo o território.

São Paulo exerce, como visto, o comando do mercado de capitais brasileiro. Desde 2000, monopoliza toda a negociação de ações no país. Há uma forte concentração do sistema financeiro nacional em São Paulo, em detrimento das antigas praças financeiras regionais (CORRÊA, 1989; CORRÊA, 1994).

A partir da hegemonia de São Paulo no mercado de capitais, o projeto de centro financeiro internacional começou a tomar corpo. Em 2004 surgiu seu embrião, quando algumas das principais instituições financeiras com apoio do Estado (através do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e do Tesouro Nacional) criaram uma instituição chamada BEST Brazil, com o intuito de “promover o mercado de capitais brasileiro no cenário internacional” (BEST, 2010).

Essa iniciativa acompanha um processo de “fortalecimento” das bolsas paulistas. Em 2007, elas deixam de ser associações sem fins lucrativos para se tornarem sociedades por ações (S/A), com capital aberto no mercado de capitais. Assim, surgem a Bovespa Holding S/A e a BM&F S/A, que se fundem em 2008, dando forma a uma nova instituição: a BM&FBovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, que seria “a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado, a segunda das Américas e a líder no continente latino-



americano” (BM&FBOVESPA, 2008).

A partir da obtenção do grau de investimento em 2008^x para o Brasil por algumas das principais agências de *rating* do mundo o projeto se consolida, até que desponta publicamente agora em 2010, quando importantes instituições financeiras – comandadas pela BM&FBovespa, ANBIMA^{xi}, e FEBRABAN^{xii} - se associaram^{xiii} e criaram a BRAIN (Brasil Investimentos e Negócios), associação que comandará a partir desse momento o projeto de tornar o Brasil, através de São Paulo, um centro financeiro internacional com atuação especialmente na América Latina, sob objetivo de centralizar na metrópole paulistana toda a gestão e negociação dos ativos latino-americanos (BRAIN, 2010a; BRAIN, 2010b).

Observa-se que diversas ações vêm sendo planejadas e executadas nos últimos anos em função desse projeto, que acompanha a reorganização de São Paulo no atual período e deverá ser responsável por novas transformações na cidade a partir do interesse dos agentes econômicos hegemônicos.

5 A reorganização da cidade de São Paulo a partir do comando das finanças e da informação

O projeto de transformação de São Paulo em centro financeiro e de negócios internacional acompanha uma série de transformações na escala intraurbana. Observamos na cidade a conformação de espaços luminosos da globalização – aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais e mais aptos a atrair atividades do circuito superior da economia (SANTOS & SILVEIRA, 2006 [2001], p. 264) – organizados a partir de ações do mercado e do Estado. Esse processo não engloba a totalidade da cidade, mas sim determinadas áreas de acordo com os interesses do capital hegemônico. Dessas, destacam-se três grandes áreas de centralidade^{xiv}, com papéis complementares mas também concorrentes na divisão territorial do trabalho.

Acompanhando as transformações históricas da dinâmica econômica da cidade, identificamos, conforme Silva (2001), três grandes fases de mundialização de São Paulo, que são marcadas pelas seguintes variáveis-chave: o comércio cafeeiro (associado ao sistema financeiro e ao início da industrialização), a indústria e a informação. Cada um desses períodos acompanha a conformação de uma área de centralidade em especial. A primeira é hoje conhecida como centro histórico, que abrange aproximadamente os distritos Sé e República. Em seguida, há um processo de deslocamento para o vetor sudoeste da cidade, conformando uma área de centralidade nas imediações da Avenida Paulista no período do auge da indústria. Mais recentemente, prosseguindo no vetor sudoeste da cidade, há a composição de uma área de centralidade nas proximidades das Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, Nações Unidas (marginal Pinheiros) e Faria Lima, o “centro Berrini”. Cabe ressaltar que o deslocamento para o vetor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, o qual continua a concentrar cerca de 50% do setor financeiro e é uma região definida como o primeiro centro financeiro do país (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 51).

Há que se considerar, também, as lutas entre distintos interesses corporativos na conformação dessas áreas de centralidade: de um lado está a coalizão que respalda os projetos na região sudoeste da cidade, especialmente a expansão do centro de negócios no entorno da marginal Pinheiros; de outro se encontra a aliança polarizada em torno de um projeto de “revitalização” do centro histórico da cidade (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 51).

Essas duas áreas de centralidade interessam especialmente à nossa análise: o centro histórico de São Paulo abriga as principais instituições financeiras, incluindo a própria bolsa

de valores e corretoras; e o centro Berrini pode ser compreendido como um centro informacional, onde se localizam as empresas do setor quaternário, ligadas ao trabalho informacional (FRÚGOLI JR, 2006 [2000]; SILVA, 2001), incluindo as empresas de informação financeira.

Essas transformações na cidade se dão por meio de disputas e são marcadas por políticas urbanas violentas aos pobres urbanos. São faces da violência do dinheiro e da informação no atual período da globalização, tratadas por Santos (2000). No caso do centro histórico, tem destaque o papel da Associação Viva o Centro – da qual participam com destaque as instituições financeiras ali localizadas – e seu projeto de revitalização e “higienização” do centro, expulsando camelôs, pobres e população em situação de rua^{xv} (FRÚGOLI JR., 2006 [2001], p. 84-112; CENTRO VIVO, 2006, p. 153). Conforme Silva e Castillo (2007, p 51-52), o centro histórico é atualmente cenário de conflitos diários entre forças que buscam a ‘revitalização’ e o ‘enobrecimento’ e os sujeitos responsáveis por todo tipo de atividades não hegemônicas, como camelôs, pequenas empresas artesanais, pequenos bares e restaurantes, etc. Estes são tratados como fonte de problemas de segurança.

No caso do centro Berrini têm destaque nesse processo as operações urbanas Faria Lima e Água Espriada, que acompanharam expulsão de moradores de favela da região para a construção de novos empreendimentos imobiliários (FIX, 2001).

Em ambos os casos, há um forte e importante papel do poder público associado ao capital hegemônico. As intervenções viárias têm grande relevância entre os investimentos públicos, especialmente para a expansão do vetor sudoeste. A formação dessa nova área de centralidade também se destaca pela ascensão da promoção imobiliária para empresas, que acompanha uma infraestrutura especializada (que inclui telefonia, informática, sistema viário, estacionamentos e os chamados edifícios inteligentes) e normas que favorecem o uso corporativo dessas áreas da cidade (CARLOS, 2004; SILVA & CASTILLO, 2007, p. 48).

Como afirma Fix (2001, p. 15; 2007, p. 23), essa reorganização – em especial nas adjacências do centro Berrini – acompanha um discurso da construção de uma cidade ‘globalizada’, da ‘nova cidade’, da ‘cidade global’, e isso é projetado na nova paisagem^{xvi} dessa área, representada pelas grandes torres de escritórios dos ‘edifícios inteligentes’.

Entre essas mutações da cidade em sua inserção na globalização financeira observa-se que surge toda uma nova economia urbana local associada. Além dos setores relacionados ao financiamento, à contratação de obras e construção desses modernos imóveis destinados a empresas, se sobressai um enorme complexo de atividades que inclui arquitetos, economistas, corretores, advogados, consultores, analistas de sistemas, agências de publicidade e marketing especializadas. Conforma-se todo um novo mercado de serviços que oferece suporte a esse circuito imobiliário fortemente globalizado (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 53; BESSA, 2004).

6 Considerações finais

Buscando trazer respostas às questões propostas – em especial à reorganização de São Paulo a partir do comando das finanças – é importante o esforço de mobilizar alguns conceitos e noções explicativas. Conforme proposição de Santos e Silveira (2006 [2001], p. 264), pode-se problematizar a ideia de que há *espaços que comandam* e *espaços que obedecem*. A centralização do comando da informação e das finanças faz de São Paulo um espaço que comanda o território brasileiro, configurando-se, assim, o que Santos (2008 [1993], p. 103) chamou de *metrópole onipresente*. A partir do projeto em estudo é possível

considerarmos a construção de um comando relativo de São Paulo também a outros territórios latino-americanos – embora seja em grande parte uma regulação delegada por outros centros verdadeiramente hegemônicos, como Nova Iorque e Chicago.

Observamos São Paulo como uma *metrópole corporativa e fragmentada* (SANTOS, 2009a [1990], p. 106), voltada à solução dos problemas das grandes firmas, e com o Estado utilizando os recursos para fomentar as atividades hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais, tendo como resultado um número cada vez maior de pobres urbanos. Todavia, o uso corporativo e racional (para o grande capital) do território se confronta e se mistura com “um conjunto heterogêneo de formas e usos, técnicas e normas não funcionais às ações hegemônicas, e que se podem converter em obstáculos, resistências” (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 49).

A contemporaneidade de São Paulo é reveladora das formas como a globalização vem sendo produzida, a serviço de poucos agentes econômicos hegemônicos, de forma seletiva no território. O projeto em andamento de transformar São Paulo em centro financeiro internacional vai nesse sentido e acompanha uma reorganização da metrópole paulistana cada vez mais voltada às funções financeiras, informacionais e corporativas, sob um custo social muito alto.

7 Referências Bibliográficas

ANBIMA. **A Anbima**. [online] Disponível em <<http://www.anbima.com.br/anbima.asp>>. Acesso em 2010.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2006.

BESSA, Vagner de Carvalho. O setor de serviços às empresas. In: COMIN A, SOMEKH N (orgs.) **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: EMURB – CEBRAP – CEM, 2004.

BOVESBA. **Histórico da Bolsa de valores da Bahia, do Brasil e do Mundo**. [online] Disponível em <<http://www.bovesba.com.br/bovesba.asp>>. Acesso em 2009.

BOVMESB. **Histórico da Bolsa de valores Minas-Espírito Santo-Brasília**. [online] Disponível em <<http://www.bovmesb.com.br/historico.htm>>. Acesso em 2009.

BM&FBOVESPA. **Sobre a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**. [online] Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/portugues/QuemSomos.asp>>. Acesso em 2008.

BOVESPA. **Mercado de Capitais**. São Paulo: Bovespa, 1997.

BRAIN. **Agenda Estratégica da Associação BRAIN**. [online] Disponível em <<http://brain.clientes.ananke.com.br/site/Agenda.aspx?lng=&p=37>>. Acesso em 2010a.

BRAIN. **Estatuto Social da Associação BRAIN**. São Paulo: BRAIN, 2010b.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, vol. 9. n°. 1, pp. 62-82. jan./mar. 1989.

CARLOS, Ana Fani A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

CENTRO VIVO, Fórum. **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: Propostas e Reivindicações para políticas públicas**. [online] Disponível em <<http://dossie.centrovivo.org>>. 2006.

CNB, Comissão Nacional de Bolsas. **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transnacional urbana no espaço brasileiro. **Boletim de Geografia Teorética**. Anos 16-17, n. 31-34, pp. 153-196, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão e seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 109-120, out/dez. 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985. In: SCARLATO, Francisco; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; ARROYO, Mónica. **O Novo mapa do Mundo: Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 23-30. 1996.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **O que é bolsa de valores?** [online] Disponível em <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Acadêmico/EntendendooMercadodeValoresMobiliários/OqueéBolsadeValores/tabid/92/Default.aspx>>. Acesso em 2009.

FEBRABAN. **A Federação Brasileira dos Bancos e sua trajetória**. Disponível em <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em 2010.

FERREIRA, Alcides. **A Força dos Pregões**. São Paulo: BM&F, 2007.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2006 [2000].

LEMOS, Amália I. G. São Paulo: Metrópole financeira da América do Sul. In: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 39. p. 7-20. 2008.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORAT, Marc Uri. **The information economy: definition and measurement**. Washington: National Science Fondation, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1993].

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009a [1990].

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009b [1994].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].

SILVA, Adriana Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo: Produção de informações e novo uso do território brasileiro**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Adriana Bernardes. **Círculos globais de informação e planejamento territorial no Brasil contemporâneo**. In: Anais do XXVIII Internacional Congress LASA – Rio de Janeiro, 2009a.

SILVA, Adriana Bernardes; CASTILLO, Ricardo. Dinámicas metropolitanas en la ra de la globalización: la promoción inmobiliaria para empresas en la ciudad de São Paulo. **EURE** (Santiago), v. 33, p. 45-56, 2007.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Experimental*, São Paulo, ano 1, n. 2. pp. 35-45. mar./1997.

TOMELIN, Mário. **O quaternário: seu espaço e poder**. Brasília, Editora UNB: 1988.

TOURINHO, Andréa O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; CARLOS, Ana Fani A. (orgs.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

WÓJCIK, Dariusz. **Geography and the Future of Stock Exchanges: Between Real and Virtual Space**. Growth and Change. v. 38, n. 2, jun, 2007.

ⁱ Estudante de graduação em Geografia no IG/UNICAMP. Bolsista de iniciação científica da FAPESP. Contato: andre@pasti.art.br

ⁱⁱ Professora Doutora do Depto. de Geografia do IG/UNICAMP. Pesquisadora do CNPq. Contato: abernar@ige.unicamp.br

ⁱⁱⁱ O mercado de capitais é o “segmento do mercado financeiro onde se realizam as operações de compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários, efetuadas entre empresas, investidores e/ou poupadores” (BOVESPA, 1997).

^{iv} As agências de *rating* (ou agências de classificação de risco) são empresas privadas que atribuem uma classificação - semelhante a uma nota, dentro de uma hierarquia que estabelecem – a empresas, instituições e países relacionada aos riscos que podem impactar o retorno do investimento e a capacidade de pagamento das dívidas desses agentes (FORTUNA, 2008, p. 540).

^v Nesse processo destacam-se as Leis n°. 4.595/1964, que cria o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) e principalmente a n° 4.728/1965, conhecida como “Lei do Mercado de Capitais”.

^{vi} Nos lugares onde “a lei do mercado e as demais leis globais agem mais profundamente, arrostando a exígua resistência das normas locais, identificaríamos uma maior densidade normativa e, portanto, uma construção mais agressiva e aperfeiçoada da ordem global” (SILVEIRA, 1997, p. 43). Dentre a classificação de normas feitas por Silveira (1997) destacamos, para o entendimento do mercado de capitais hoje, as normas políticas, que hoje englobam as regras para o funcionamento da economia mundial. Essas normas, comandadas pelos agentes hegemônicos globais, compreendem a desregulação voltada a atender os interesses desses agentes, de forma a ampliar a fluidez no planeta. Somente a partir delas a mundialização das finanças foi possível.

^{vii} A esse respeito, conferir a notícia 'Bolsa encerra 119 anos de grito no pregão em São Paulo', da Folha Online, disponível em < <http://bit.ly/bmf-fim-pregao> > e 'Negociações na BM&FBOVESPA do segmento BM&F passam a ser exclusivamente eletrônicas', da BM&FBovespa, disponível em < <http://bit.ly/bmf-so-eletronico> >.

^{viii} Recorre-se, aqui, à ideia de gestão do território de Corrêa (1996, p. 23), que equivale a um “conjunto de ações que tem por objetivo, no plano imediato, a criação e o controle da organização do espaço”.

^{ix} Porat (1977) agrupou as atividades informacionais contidas nos três setores clássicos da economia – primário, secundário e terciário - em um outro setor (quaternário), baseado portanto na informação. Para Tomelin (1998, p. 71) as atividades deste setor seriam caracterizadas “pela ação de conceber, criar, interpretar, organizar, dirigir, controlar e transmitir”.

^x O grau de investimento (ou *investment grade*) é uma nota atribuída por agências de *rating* (classificação de risco) como sinalização ao mercado de que é “seguro” investir em uma determinada empresa ou país. O Brasil obteve o grau de investimento pelas agências Standard & Poor's e Fitch em 2008. A esse respeito, sugerimos o acesso às seguintes notícias: “Agência de risco dá categoria de grau de investimento ao Brasil”, em < <http://bit.ly/g1-br-grade> >; e “Brazilian Debt Raised to Investment Grade by S&P”, disponível em < <http://bit.ly/bloomberg-br-grade> >.

^{xi} A ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, resulta da fusão entre a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), ocorrida em 2009. Ela representa atualmente 325 entidades (ANBIMA, 2010).

^{xii} A Febraban é a Federação Brasileira de Bancos, e conta atualmente com 120 dos 159 bancos autorizados pelo Banco Central (FEBRABAN, 2010).

^{xiii} Sobre esse tema, verificar as seguintes notícias: 'Mercado lança associação para SP virar novo centro', da Folha de São Paulo, disponível em < <http://bit.ly/fsp-brain> > e 'Associação Brain tem adesão de 13

entidades', d'O Globo, disponível em <<http://bit.ly/oglobo-brain>>.

^{xiv} A respeito da ideia de áreas de centralidade e da centralidade como atributo, conferir Tourinho (2006).

^{xv} Um dossiê sobre as violações dos direitos humanos no centro histórico de São Paulo foi organizado pelo Fórum Centro Vivo, tratando da situação das famílias sem-teto e de baixa renda, dos catadores de materiais recicláveis, da população (especialmente crianças e adolescentes) em situação de rua e do comércio informal. Conferir Centro Vivo (2005).

^{xvi} A autora segue nesse caso a visão de Sharon Sukin (presente na obra *Landscape of power*) que entende a paisagem “não apenas no sentido usual, do entorno físico, mas como um conjunto de práticas materiais e sociais e sua representação simbólica” (FIX, 2007, p. 23).